



POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM VALPARAÍSO DE GOIÁS

**Marcella Suarez Di Santo¹, Marcos Rodrigues da Paixão Silva²,
Matheus dos Santos Silva³**

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Valparaíso/
marcella.disanto@ifg.edu.br

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Valparaíso/
r.paixao@academico.ifg.edu.br

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Valparaíso /
santos.matheus@academico.ifg.edu.br

Resumo:

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva trata-se de uma modalidade cuja proposta educacional rompe com os paradigmas atuais e excludentes em todos os níveis e etapas de ensino, pois seu principal objetivo é a garantia de acesso e permanência dos estudantes com necessidades específicas à educação regular. Nesse sentido, esse trabalho apresenta os primeiros resultados de um estudo que visa identificar as políticas públicas de educação especial na perspectiva de educação inclusiva e formação de professores nos municípios da região do Entorno Sul do Distrito Federal, quais sejam Novo Gama, Luziânia, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás. Com uma abordagem metodológica de levantamento documental e bibliográfico, nessas primeiras reflexões, apresentamos uma análise do Censo Escolar do município de Valparaíso de Goiás – 2007 a 2018, bem como as informações disponibilizadas na página da prefeitura. As primeiras análises apontam a importância de um aprofundamento acerca das políticas públicas de educação, especificamente acerca da formação de professores e educação inclusiva, nessa região que tem crescido e se desenvolvido demograficamente. Conforme apresentado no texto, as matrículas de “alunos de escola especial, classes especiais e incluídos” também espelham esse crescimento ao longo desses 11 anos de levantamento realizado pelo MEC/INEP.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação inclusiva. Valparaíso de Goiás.

Introdução

O presente estudo, sob orientação de uma professora da área de educação, vem sendo desenvolvido por estudantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC do curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, Campus Valparaíso. A necessidade acerca de um olhar dedicado às práticas de ensino em uma perspectiva inclusiva tem levado à reflexão sobre as políticas públicas de formação de professores, inclusão e educação como um todo em uma região já caracterizada, desde a história de seu surgimento por processos de exclusão e eliminação para as periferias urbanas.

Sabe-se que as regiões do entorno do Distrito Federal têm por característica geopolítica e social serem cidades-dormitório, servindo apenas como base para o descanso de trabalhadores do Distrito Federal e, por isso mesmo, o processo de construção de identidade

desses sujeitos pode estar em completa desconstrução de valores, verdades e não pertencimento a nenhum dos espaços ocupados por eles em suas vidas pessoais e profissionais. Foram expulsos, de certa forma, do Distrito Federal, que se tornou inviável financeiramente para essa classe trabalhadora; ao mesmo tempo, não possuem qualquer relação de pertencimento com esse “novo” espaço de convívio onde residem apenas para o descanso necessário. (SILVA, 2003)

No processo de socialização, desde a infância nos afastamos do que seria a nossa natureza para adentrar nas práticas culturais, e nos deparamos com aspectos como a fisiologia, as regras sociais e adaptações que devemos realizar em função da adequação às normas sociais e culturais de seu grupo. (BERGER, 2015) Dessa forma, ao longo da vida o sujeito adulto também passará por processos de socialização e construção de identidade, em outras condições pelas quais passou na infância. Cabe aos pais, professores e às políticas públicas construir mecanismos para a formação e consciência cidadã. Mas o que fazer quando esses adultos não têm qualquer possibilidade de construir uma socialização nesse novo contexto?

Ao analisar a formação cultural dos sujeitos, sob o ponto de vista da antropologia cultural, Laraia (2002) apresenta reflexões acerca dos processos de endoculturação e da forma como o grupo ensina os seus membros os comportamentos, normas, crenças do seu grupo social.

Conforme Ojima, Pereira e Silva (2008), o termo cidade-dormitório

traz em sua conotação um conjunto de percepções com carga negativa acerca do nível de desenvolvimento econômico e social do município envolvendo precárias condições de assentamento e de vida de sua população e nítida dependência de um aglomerado urbano vizinho. O seu uso normalmente está associado àquelas cidades que apresentam uma economia pouco dinâmica e cuja parcela significativa da população residente trabalha ou estuda em outra cidade, e que partilha de precárias condições de vida e está sujeita a algum processo de degradação ambiental.

É diante desse cenário que apresentamos nossas inquietações que motivaram a escrita e o desenvolvimento desse estudo. De que forma direitos sociais, cidadania e diferentes buscas por melhorias de qualidade de vida, educação, saúde e moradia se desenvolvem em uma região com tamanha complexidade e em pleno movimento pendular¹? Em se tratando

¹ Nesse artigo, os autores analisam os processos de mobilidade urbana que os moradores das regiões de entorno fazem ao saírem de suas residências, trabalharem no Distrito Federal e retornarem para suas casas diariamente. A essa mobilidade, eles apresentam o movimento pendular de Valparaíso e outros municípios em situações

especialmente das políticas de formação de professores e educação inclusiva, quais são os impactos e pressupostos identificados e demandados pela população?

A partir de um recorte temporal de 2007 a 2018, em função dos marcos legais que fortalecem o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos (BRASIL, 2007, 2008, 2011), buscamos identificar as principais necessidades educacionais específicas da região do entorno sul do Distrito Federal, abrangendo os seguintes municípios: Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama e Valparaíso de Goiás, bem como coletar informações quanto à efetivação da inclusão nesse período.

Portanto, além de mapear a atual situação da inclusão escolar na região, identificar as principais necessidades educacionais especiais, coletar informações quanto à efetivação da inclusão nesse período, buscamos identificar avanços e desafios na garantir da inclusão escolar de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos em escolas municipais, estaduais, federais, privadas e demais instituições parceiras para a efetiva garantia do direito à educação.

Diante da crise de paradigmas da educação, conforme apontado por Mantoan (2003),

nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações [...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos (p. 12)

Diante da sua reflexão acerca da necessidade de transformação da própria educação, a educação inclusiva se apresenta como um modelo oportuno para o debate educacional como um todo, uma vez que ela exige novas metodologias e estratégias escolares para o atendimento das especificidades que os estudantes trazem, o que corrobora com a necessidade de repensar a educação como um todo.

Conforme apontado por Rapoli (2003): A escola das diferenças é a escola na perspectiva inclusiva, e sua pedagogia tem como mote questionar, colocar em dúvida, contrapor-se, discutir e reconstruir as práticas que, até então, têm mantido a exclusão por instituírem uma organização dos processos de ensino e de aprendizagem incontestáveis, impostos e firmados sobre a possibilidade de exclusão dos diferentes, à medida que estes são direcionados para ambientes educacionais à parte. A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo

semelhantes.

educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. (p. 9)

É dever do Estado normalizar os parâmetros, por meio de políticas públicas e investimentos que assegurem a não exclusão do indivíduo do meio escolar por conta de fatores como: sexo, cor, deficiência, idade, origem e entre outros. Torna-se fundamental que haja uma mudança de perspectiva educacional, por meio de recriação do modelo educacional vigente, para que surjam novas práticas flexíveis que se adequem a necessidade do educando sem qualquer discriminação. Haja vista a indispensabilidade da escola de responder a necessidade específica de cada um de seus alunos.

Partindo do pressuposto de que a educação inclusiva não deve ser tratada como uma utopia no sistema escolar, uma vez que buscar a inclusão nos espaços de ensino não pode ser uma tarefa individual de cada instituição, mas sim o exercício do direito à educação, vamos compreender a situação atual do município de Valparaíso de Goiás a partir dos documentos oficiais que tratam da matrícula de estudantes no município.

Caminhos metodológicos - ressignificando a educação inclusiva

Com um caráter qualitativo e quantitativo e está dividida em diferentes etapas: 1. Levantamento documental e bibliográfico dos 4 municípios da região do entorno sul: Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia; 2. Levantamento das políticas públicas em vigor nesses municípios para a educação especial na perspectiva de educação inclusiva, conforme apontam os documentos de referência do Ministério da Educação; 3. Levantamento de perfil e formação de professores da rede, em especial aqueles que atuam com a educação especial na perspectiva de educação inclusiva; 4. Pesquisa de campo por meio de questionários e entrevistas com gestores da educação, gestores escolares, professores e demais profissionais que atuam nas escolas públicas relacionados à educação especial.

Nesse primeiro momento, com a finalidade de obter um retrato da situação da educação especial nessa região, iniciamos a pesquisa com um levantamento de “matrículas dos alunos de escola especial, classes especiais e incluídos no município de Valparaíso de Goiás dos anos de 2007 a 2018²”.

É importante situar aqui uma reflexão acerca da educação especial. Considerando

² A pesquisa tem por objetivo estudo os quatro municípios da região do entorno Sul. Para esse trabalho, optamos por destacar os primeiros resultados já analisados, quais sejam os de Valparaíso de Goiás, haja vista que o projeto teve início em 1º de agosto de 2018.

que a inclusão escolar diz respeito à organização de ambientes educacionais acolhedores para todos os estudantes, é importante que se garanta uma certa articulação entre o desenvolvimento profissional, a gestão participativa, as práticas de ensino e de aprendizagem e as políticas intersetoriais, em suas interrelações com as relações etnicorraciais em educação, a educação ambiental, a educação de jovens e adultos – EJA, a educação do campo, indígena e quilombola, a educação em direitos humanos, a educação para a cidadania e a educação especial na perspectiva de educação inclusiva.

Essa concepção de inclusão ampliada rompe, de certa forma, com a vinculação da expressão “educação inclusiva” à área da educação especial; ao mesmo tempo, sabemos como o termo inclusão tem profunda representatividade para tratar de estudantes com necessidades específicas como os estudantes da educação especial. Dessa forma, diante das mais variadas correntes teóricas, optamos pela definição de educação inclusiva como

Um processo em constante evolução de mudanças e melhorias dentro das escolas e do sistema educativo mais amplo para tornar o ensino mais acolhedor e benéfico para uma ampla gama de pessoas. Trata sobre culturas reestruturadas no âmbito da educação, política e do ensino para que possam responder a uma gama diversificada de alunos, deficientes e não deficientes, a partir de diferentes línguas, religiões ou situação financeira; grupos étnicos de diferentes idades, imigrantes, refugiados ou outros em vulnerabilidade. É sobre mudar o sistema de ensino de modo que ele seja flexível o suficiente para acomodar qualquer aluno. Representa um esforço contínuo para identificar e remover barreiras que excluem os alunos dentro de uma situação única. É sobre a identificação e a remoção de barreiras quanto ao acesso de estudantes à educação, participação no processo de aprendizagem e, no campo acadêmico e social. Tem como foco a mudança de atitude, prática, políticas, ambientais e de recursos. É um processo no qual todas as partes interessadas devem participar (professores, alunos, pais, membros da comunidade, do governo, políticos, líderes locais, ONGs, etc.). É algo que pode acontecer fora do sistema formal de ensino, bem como em ambientes formais de ensino, pois a educação inclusiva vai além da escola permitindo a interação, na relação de aprendizagem, entre diferentes pessoas. (EENET, 2013 apud DELPRETTO, 2013).

Essa ruptura não é fácil, uma vez que inclusão escolar esteve, por muito tempo, associada à inserção de estudantes com deficiências na sala de aula regular/comum. Uma “escola especial” sempre foi sinônimo de escola voltada aos públicos com algum tipo de deficiência, disposta em grupos separados por cadeirantes, cegas/os, pessoas com baixa visão, surdas/os, pessoas com transtornos globais/ transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação. Por isso, as expressões “educação inclusiva” e “inclusão escolar”

ainda se relacionam à área da Educação Especial.

No entanto, podemos afirmar que a inclusão de todos e todas é aquela que busca apresentar uma educação que promova a inclusão social pela via da escola. Elianda Tiballi aponta que a ideia de inclusão não é recente. Segundo Tiballi, na década de 1970, a educação teve como o padrão desejado aquele voltado à classe média, e “os problemas de aprendizagem foram vistos como decorrência da estrutura social de classes que mantinha à margem, excluído do acesso aos bens culturais, grande contingente da população”. Ainda é comum encontrarmos falas preconceituosas sobre a condição do estudante beneficiário de programas de transferência de renda com condicionalidades, bem como ações afirmativas das políticas públicas dessas duas primeiras décadas do novo milênio.

Ao analisarmos, portanto, os dados referentes à educação especial, queremos frisar que não abandonamos os demais grupos aos quais pensamos serem também foco de uma educação inclusiva efetiva para todos e mais diversos sujeitos, respeitadas também as suas diferenças. No entanto, essa primeira análise é de extrema importância para o recorte que desejamos fazer. Ao refletirmos sobre a educação especial e sua matrícula, bem como políticas de garantia de acesso, permanência e êxito escolar, podemos também refletir sobre demais políticas que geralmente fazem parte de um complexo de ações educacionais em prol da diversidade. Iniciar pela educação especial é abrir portas para pesquisar os demais grupos e sujeitos em situação de abandono, evasão e sujeitos, também, às demais exclusões, sociais e escolares.

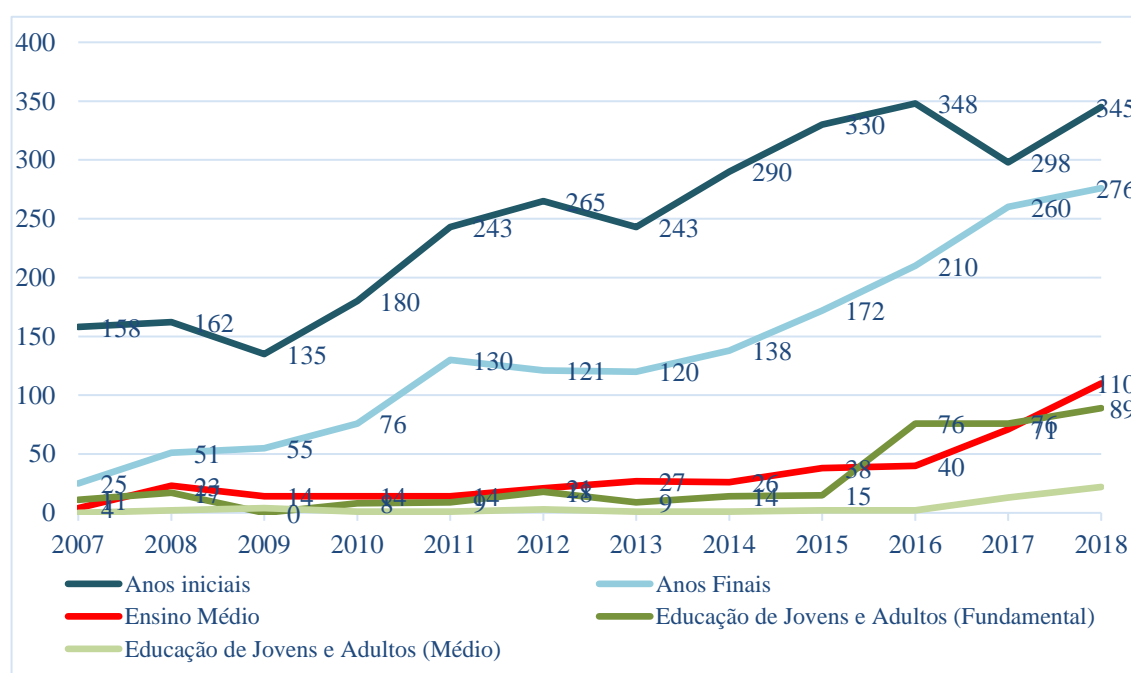
Resultados e discussões

A lei nº 9.399/1996 a educação especial como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Com a criação de políticas públicas que visavam impulsionar a inclusão destacamos aqui três marcos legais e normativos: 1. Criação da Secretaria de Educação Especial no Ministério da Educação (SEESP/MEC); 2. Decreto nº 6.094/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em especial a diretriz “IX - garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas”; e 3. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (MEC, 2007; 2014).

Fundamentado em uma política de indução, o Ministério da Educação foi cobrado para apoiar financeira e tecnicamente municípios e estados na garantia da matrícula, permanência e aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, foram implementadas algumas políticas como a adaptação de espaços por meio das obras nos espaços da escola, a criação de espaços para a aprendizagem como a sala de recursos multifuncionais, a formação de professores e gestores, a contratação de especialistas para as adaptações pedagógicas necessárias entre outras ações focalizadas na inclusão de todas as pessoas.

O gráfico 1 apresenta a quantidade de matrículas de Alunos de Escola Especial, Classes Especiais e Incluídos no município de Valparaíso de Goiás dos anos de 2007 a 2018, nas escolas da rede pública – estadual e municipal.

Gráfico 1: Matrículas dos Alunos de Escola Especial, Classes Especiais e Incluídos no município de Valparaíso de Goiás dos anos de 2007 a 2018 (INEP)



Fonte: Censo escolar da educação básica (INEP, 2007-2018). Elaboração própria.

Podemos perceber um aumento no número de matrículas dos alunos com necessidades específicas, mas isso pode ser em consequência do crescimento populacional do município de Valparaíso de Goiás que se desenvolveu rapidamente desde sua fundação em 1995. É possível notar o grande número de matrículas nos anos finais do ensino fundamental,

enquanto o ensino médio e a EJA não apresentam a mesma curva de crescimento. Há diferentes fatores que levam a essa diferença, como abandono e evasão da etapa do ensino médio e da modalidade EJA, baixa procura de matrícula desses públicos com necessidades específicas, dificuldades desses estudantes concluírem o ensino fundamental para entrarem no ensino médio, ausência de políticas específicas para a garantia de acesso, permanência e êxito na etapa do ensino médio e na modalidade EJA. Também é de interesse dessa pesquisa adentrar em cada uma dessas variáveis em momentos futuros.

Em certa medida, há indícios de que as políticas públicas de formação de professores e incentivo do governo federal impulsionaram o aumento de matrículas no ensino fundamental. Programas como o Plano de Metas – Compromisso Todos pela Educação, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR/SIMEC³, com programas de apoio técnico e fomento à formação de professores e diferentes ações a serem desenvolvidas pelos municípios, a exemplo da Sala de Recursos Multifuncionais – SRM⁴, garantindo assim equipamentos e adaptações pedagógicas para as escolas atenderem seus estudantes em suas especificidades.

Essas e demais ações dos governos federal, estaduais e municipais serão objeto de estudo identificando os cruzamentos das ações entre os três entes e seus desdobramentos na realidade da sala de aula desses municípios do entorno sul do DF. A análise documental, associada a um estudo *in loco* nas escolas públicas de Valparaíso de Goiás poderão trazer evidências sobre desafios impostos da realidade local de cada escola bem como identificar ações de sucesso e superação no que se refere à inclusão de todos nos espaços de educação pública da região.

Considerações finais

Levando em conta a importância do entorno sul para o estado de Goiás e para o Distrito Federal, pretendemos compreender o comportamento social e legislativo da educação inclusiva no município de Valparaíso de Goiás. O princípio democrático de uma educação para todos deve ser resguardado em todas as instâncias da sociedade tendo em vista que a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito na escola é estabelecido

³ Para maior aprofundamento sobre o PAR e SIMEC, ver: <http://portal.mec.gov.br/par> e <http://simec.mec.gov.br/login.php>.

⁴ Para maior aprofundamento sobre as SRM, ver Documento Orientador: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192

constitucionalmente.

Nos próximos passos da pesquisa, iremos desenvolver os mesmos levantamentos para os 3 demais municípios e iniciar os cruzamentos entre as políticas públicas das três esferas – federal, estadual e municipal – para uma análise da necessidade de implantação de projetos direcionados aos alunos com necessidades específicas e buscando contribuir com possíveis caminhos, soluções e debates acerca das carências e demandas sociais e escolares. Um dos aspectos primordiais é analisar a formação de professores e demandas dos profissionais da educação como um todo à luz das especificidades já identificadas pelas escolas. Esse é um dos estudos futuros desse grupo.

Como são características dos estudos acerca das políticas públicas de educação, é preciso tornar evidentes as experiências que lograram sucesso na garantia da educação - pela efetiva aprendizagem de todos os sujeitos em suas especificidades - e não apenas evidenciar as dificuldades identificadas. Esse grupo considera as políticas de educação inclusiva mais recentes, conforme recorte temporal apresentado, – principalmente se comparadas ao histórico da educação especial ter sempre se desenvolvido em instituições com “uma visão eminentemente terapêutica de prestação de serviços às pessoas com deficiência” e serem, portanto, espaços de reprodução das exclusões sociais vividas pelos sujeitos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou deficiências – foram fundamentais para superar as políticas de exclusão e incentivar a formação contínua de professores visando a garantia do direito à educação a todos. Obviamente, entre o desenho das políticas e a efetivação desse projeto de inclusão social nas práticas pedagógicas há um caminho nada simples de se percorrer. (MANTOAN, 2001; 2011)

Como toda e qualquer política pública de educação, podemos encontrar melhorias e mudanças necessárias, em especial observando a realidade dos municípios pesquisados, mas acreditamos que não cabe, nesse primeiro momento, apontá-las sem minimamente conhecer a mais amplamente as práticas de ensino e aprendizagem, as ações de indução da política de educação inclusiva desses municípios. Acreditamos que, no segundo momento da pesquisa, com os instrumentos elaborados e testados, a partir da pesquisa de campo nas escolas da rede pública da região, poderemos identificar de maneira palpável as condições de ensino aprendizagem de pessoas com deficiências e identificar os maiores desafios apresentados pela realidade.

Referências

BERGER, Peter & BERGER, Brigitte. (1973), *Socialização: como ser um membro da sociedade*. In: FORACCI, Marialice M. & SOUZA MARTINS, José (org.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. São Paulo/Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, pp. 200-214.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF. 2. Ed. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 10 ago. 2019

DELPRETTO, B. *Produto 1*. In: Projeto UNESCO 914BRZ1136.7- **Fortalecimento do Sistema Educacional Inclusivo II**. Edital: Nº 05/2013. Brasília: UNESCO, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo escolar da educação básica 2007-2012**: Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) - Anexo II. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados/consulta-matricula>>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Censo escolar da educação básica 2013**: Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) - Anexo II. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Censo escolar da educação básica 2014**: Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) - Anexo II. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Censo escolar da educação básica 2015**: Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) - Anexo II. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Censo escolar da educação básica 2016**: Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) - Anexo II. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Censo escolar da educação básica 2017**: Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) - Anexo II. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Censo escolar da educação básica 2018**: Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) - Anexo II. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 10 ago. 2019.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade. LEPED/UNICAMP, 2001. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 15 set 2019.

_____. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

_____. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OJIMA, R.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais? In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú/MG. **Anais...** Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

ROPOLI, E. A (org.). **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

TIBALLI, Elianda F. Arantes. *Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola*. In: LISITA, Verbena Moreira S. de S.; SOUSA, Luciana Freire E. C. P. **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.